BANCO IBM S.A.

Carta Patente nº 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. a Demonstração Financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 do Banco IBM S.A., com as respectivas Notas Explicativas com o relatório dos auditores independentes emitido pela Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes, com objetivo de atender às normas do Banco Central do Brasil. **1 - Atividades:** A principal estratégia e missão do Banco IBM S.A. é oferecer ao mercado um portfólio vasto de serviços financeiros, totalmente customizados para financiamento de equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas da IBM Brasil, bem como produtos de TI não IBM. O Banco IBM S.A. diversifica seu portfólio incluindo operações como aplicação de DI, empréstimos e financiamentos, voltados para investimentos em tecnologia de informação dos seus clientes. **2 - Cenário Econômico:** É esperada uma leve recuperação econômica no próximo semestre. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou inflação no exercício de 6,28%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulou inflação de 7,15% no ano de 2016. **3 - Desempenho Operacional:** Em 31 de dezembro de 2016, o Banco IBM S.A. apresentou um patrimônio líquido de 466 milhões de reais. O valor presente do montante a receber de arrendamentos, operações de crédito e depósitos interfinanceiros totalizam 4.013 milhões de reais no final do exercício. A administração do banco decidiu que o lucro auferido no exercício será integralmente destinado à reserva de lucros, excluindo o montante de reserva legal.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		1.033.112	1.169.862
Disponibilidades		25.780	27.395
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	447.027	588.640
Títulos e valores mobiliários		1	
Relações interfinanceiras	4		6.639
Repasses Interfinanceiros			6.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7		(21)
Operações de crédito	5	395.489	438.002
Empréstimos e títulos descontados		440.969	464.494
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(45.480)	(26.492)
Operações de arrendamento mercantil	6	(37.743)	(37.956)
Arrendamentos financeiros a receber e valor residual garantido - setor público		77.629	151.704
Arrendamentos financeiros a receber e valor residual garantido - setor privado		1.026.080	1.385.447
Rendas de arrendamento financeiro a apropriar e valor residual a balancear		(1.097.734)	(1.532.094)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil financeiro de liquidação duvidosa	7	(43.710)	(43.007)
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	6(d)	245	542
Rendas de arrendamento operacional a apropriar	6(d)	(245)	(542)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil operacional de liquidação duvidosa	7	(8)	(6)
Outros créditos - diversos	10	202.340	146.475
Imposto de renda e contribuição social a compensar		132.389	117.289
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	15	67.558	24.252
Devedores diversos		2.984	5.525
Provisão outros créditos liquidação duvidosa		(591)	(591)
Outros valores e bens		218	667
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.347.161	2.247.421
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3	609.939	1.235.125
Operações de crédito		487.152	781.179
Empréstimos e títulos descontados	5	543.174	813.837
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(56.022)	(32.658)
Operações de arrendamento mercantil	6	(31.695)	(29.657)
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor público		65.201	70.456
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		861.807	643.446
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear		(921.990)	(711.554)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7	(36.712)	(32.005)
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	6(d)	71	43
Rendas de arrendamento operacional a apropriar	6(d)	(71)	(43)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil operacional de liquidação duvidosa		(1)	
Outros créditos - diversos	10	281.765	260.774
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	15	107.858	100.446
Devedores por depósitos em garantia	17	173.907	160.328
PERMANENTE	9	1.959.935	2.166.058
Imobilizado de arrendamento		1.605.598	2.021.651
Perdas em Arrendamento a amortizar		354.337	144.407
TOTAL DO ATIVO		4.340.208	5.583.341

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		1.816.221	2.702.606
Depósitos		1.672.715	2.480.534
Depósitos a prazo	11(a)	1.557.260	2.395.018
Depósitos Interfinanceiros		115.455	85.516
Obrigações por empréstimos - no exterior	12		13.428
Outras obrigações	13	143.506	208.644
Sociais e Estatutárias - Dividendos a pagar			35.802
Fiscais e previdenciárias - imposto de renda, contribuição social, ISS, PIS e COFINS		98.938	115.766
Diversas		44.568	57.076
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.057.435	2.474.742
Depósitos	11(a)	1.888.665	2.163.947
Depósitos a prazo		1.888.665	2.163.947
Obrigações por empréstimos - no exterior	12		151.018
Outras obrigações	13	168.770	159.777
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	17	165.035	156.042
Diversas		3.737	3.735
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	466.552	405.993
Capital social - de domiciliados no país		373.478	373.478
Reservas de lucros		93.074	32.515
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.340.208	5.583.341

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	2º semestre de 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Receitas da intermediação financeira			
Operações de arrendamento mercantil	897.135	1.818.122	1.909.636
Operações de crédito	84.746	140.177	212.736
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	78.430	166.652	452.535
Resultado de títulos e valores mobiliários	1	918	1.223
Recuperação de créditos baixados a prejuízo	216	84.933	990
	1.060.528	2.210.802	2.577.120
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	(226.646)	(462.361)	(809.512)
Empréstimos, cessões e repasses (Nota 12)	(20.520)	(1.590)	(49.320)
Operações de arrendamento mercantil	(755.871)	(1.525.541)	(1.522.292)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(13.203)	(69.106)	(83.316)
	(1.016.240)	(2.058.598)	(2.464.440)
Resultado bruto da intermediação financeira	44.288	152.204	112.680
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas (Nota 13(a))	(17.778)	(32.364)	(28.567)
Despesas tributárias	(7.898)	(16.703)	(21.532)
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(2.477)	(10.367)	(13.549)
Outras receitas operacionais (Nota 19)	7.557	9.504	17.492
	(20.596)	(49.930)	(46.156)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	23.692	102.274	66.524
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Nota 15)			
Provisão para imposto de renda	(18.294)	(50.359)	(67.101)
Provisão para contribuição social	(16.412)	(42.074)	(45.652)
Ativo fiscal diferido	29.011	50.718	48.377
Passivo fiscal diferido			35.538
	(5.695)	(41.715)	(28.838)
Lucro líquido do semestre/exercício	17.997	60.559	37.686
Quantidade de ações no final do semestre/exercício	168.295.345	168.295.345	168.295.345
Lucro por ação do capital social	0,11	0,36	0,22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	**17.997**	**60.559**	**37.686**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	677.818	1.375.165	1.399.077
Insuficiência (superveniência) de depreciação	50.637	122.582	108.058
Perda (ganho) na transferência de ativos	23.125	(61.375)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	13.203	69.106	83.316
(Constituição) de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	(29.011)	(50.718)	(83.915)
(Lucro) prejuízo na alienação de bens de arrendamento mercantil	(2.882)	(6.904)	(4.801)
Lucro líquido ajustado	**750.887**	**1.508.415**	**1.539.421**
Variação de ativos e obrigações			
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	161.126	766.799	2.233.438
Redução em relações interfinanceiras	3.386	6.660	31.554
Redução (Aumento) em operações de crédito	150.789	288.190	(86.861)
(Aumento) em operações de arrendamento mercantil	(10.461)	14.056	(8.159)
Redução (aumento) em outros créditos	(77.202)	(28.680)	(134.453)
(Aumento) em outros valores e bens		64	(52)
Aumento (redução) em outras obrigações	7.206	(20.344)	158.425
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	**234.844**	**1.026.745**	**2.193.892**
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição) de imobilizado de arrendamento mercantil	(1.072.834)	(1.308.405)	(1.236.602)
Alienação de imobilizado de arrendamento mercantil	6.924	19.177	7.573
Caixa líquido proveniente de atividades de investimento	**(1.065.910)**	**(1.289.228)**	**(1.229.029)**
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Aumento (redução) em obrigações por depósitos	214.508	(1.083.101)	(2.493.372)
(Redução) em obrigações por empréstimos	(129.746)	(164.446)	1.527
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	**84.762**	**(1.247.547)**	**(2.491.845)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**4.583**	**(1.615)**	**12.439**
Modificações na posição financeira			
Início do semestre e exercício	21.197	27.395	14.956
Fim do semestre e exercício	25.780	25.780	27.395
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**4.583**	**(1.615)**	**12.439**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Legal	Lucros acumulados	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	351.325	22.153	30.631		404.109
Aumento de capital (Nota 14 (b))	22.153	(22.153)			
Lucro líquido do exercício				37.686	37.686
Apropriação reservas		35.802	1.884	(37.686)	
Destinação para distribuição de dividendos		(35.802)			(35.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	373.478		32.515		405.993
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	373.478		32.515		405.993
Lucro líquido do exercício				60.559	60.559
Apropriação reservas		57.531	3.028	(60.559)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	373.478	57.531	35.543		466.552
Semestre findo em 31 de dezembro de 2016					
Saldo em 1º de julho de 2016	373.478	40.434	34.643		448.555
Lucro no Semestre				17.997	17.997
Apropriação reservas		17.097	900	(17.997)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**373.478**	**57.531**	**35.543**		**466.552**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Participações Ltda. ("IBM Participações"), tem como objetivo principal financiar, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, o setor de tecnologia da informação do Brasil, seja para os clientes da IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. ("IBM Brasil"), seja para diversas outras companhias do setor. O Banco opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento sendo os recursos utilizados para tais operações captados substancialmente com as entidades do Grupo IBM. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a política do grupo, tendo em vista a praticabilidade e razoabilidade de serem atribuídos às empresas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2017. **2. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com base nas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil ("BACEN"). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os instrumentos financeiros derivativos, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, provisão para imposto de renda, ativos fiscais e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente registrados. Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: • Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01); • Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); • Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05); • Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24); • Res. 3.989/11 - pagamentos baseados em ações (CPC 10); • Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (Pronunciamento conceitual básico R1), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN. • Res. 4.424/15 - benefícios a empregados (CPC 33). Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a demonstração financeira. **(a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor atualizado, em base "pro-rata" dia até a data do balanço. **(d) Operações de crédito e outros créditos (operações com característica de concessão de crédito):** Registradas a valor presente, calculadas "pro-rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. Para as operações de crédito é realizado o "accrual" até o 59º dia de atraso. Após o 59º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso há mais de 180 dias, classificadas com rating "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são integralmente provisionadas; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento. **(e) Arrendamentos a receber e valor residual garantido (VRG):** Registrados pelo valor contratual em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - diversas" até a data de término do contrato. As rendas a apropriar de arrendamento mercantil são apropriadas ao resultado como rendas efetivas quando do vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF e suas respectivas alterações. Nas operações que apresentam atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação está vinculada ao recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/99. A receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo, está classificada na linha de "Receitas de operações de arrendamento mercantil", quando aplicável. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de compatibilizar os registros contábeis do banco, conforme exigido pelas normas legais vigentes, às práticas contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429/89 (Nota 6). **(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** É fundamentada mediante análise das operações efetuada pela administração, objetivando concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, as garantias recebidas, bem como as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. Para os casos de operações de arrendamento mercantil em que o cliente apresentar atrasos temporais no pagamento das contraprestações, indicado pelo acompanhamento feito pelo departamento de contas a receber, e com a supervisão da Controladoria, observa-se se o cliente não apresenta problemas financeiros ou ineficiência em seu fluxo de caixa, bem como históricos de atrasos com o Banco ou com o mercado. Para a aplicação do critério de exceção prevista no artigo 2º da Resolução nº 2.682/99, inicialmente é realizada a análise por grupo econômico. Para o cliente de um mesmo grupo econômico que apresente faturas em atraso, mas atenda ao descrito no parágrafo anterior, este será isolado na análise da aplicação das faixas de risco de crédito e, para o contrato que apresente parcela(s) em atraso superior ou igual à 15 dias, será sempre atribuída a pior classificação de crédito dentre todos os contratos em atraso desse cliente, conforme artigo 4º da Resolução 2.682/99. Para os demais contratos, sem parcelas vencidas, desse mesmo cliente é mantida a sua classificação de crédito original. Será considerado para o critério de exceção a representatividade em percentual das parcelas em atraso, comparado ao valor presente das operações do cliente em análise, não podendo esse ser maior que 20%. As movimentações dos créditos de liquidação duvidosa ocorridos no exercício estão demonstrados na Nota 7. **(g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os referidos créditos tributários foram constituídos com base em estudos técnicos, considerando-se as projeções de lucros tributáveis futuros as quais incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrente das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R$ 240. A provisão para a contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir 1 de setembro de 2015, conforme nova redação do art. 3º da Lei nº 7.689/88, estabelecida pela Lei nº 13.169/2015. A alíquota da contribuição social será de 20% até 31 de dezembro de 2018 e de 15% a partir de 1 de janeiro de 2019. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A Lei nº 12.973/14, revoga o Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e dá novas disposições tributárias ao reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido , introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Com base no texto vigente, a referida Lei nº 12.973/14, em relação às novas disposições tributárias, limitou os depósitos judiciais sobre PIS/COFINS realizados pelo Banco , objeto do Mandado de Segurança (MS) nº 2008.51.01.027609-6 , ao mês de dezembro de 2014 com consequente obrigação de recolhimento dos referidos impostos a partir de janeiro de 2015. **(h) Permanente:** Conforme Resolução CMN nº 3.617/08 os ativos objeto de arrendamento mercantil estão registrados no ativo imobilizado, demonstrados ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • depreciação do imobilizado de arrendamento calculada com base na vida útil estimada ou de forma acelerada segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84 e suas respectivas alterações. (Nota 9); e • ajustes de superveniência/insuficiência de depreciação do imobilizado de arrendamento, equivalentes ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, que está classificado na demonstração do resultado em receitas ou despesas da intermediação financeira das operações de arrendamento mercantil (Nota 9). Conforme Circular Bacen nº 1.429/89, os valores residuais dos contratos de arrendamento mercantil, ajustados pelos valores da opção de compra, são transferidos para perdas de arrendamento a amortizar e amortizados no prazo de vida útil remanescente do bem, se devedores, ou apropriados diretamente ao resultado, se credores (Nota 9). Em novembro de 2016, o CMN emitiu a Res. nº 4.534/16 indicando a reclassificação dos montantes de perdas de arrendamento a amortizar para a rubrica de imobilizado de arrendamento. Para efeito de comparabilidade, todas as menções a ativo diferido em dezembro de 2015 foram alteradas para perdas em arrendamento a amortizar, bem como o saldo foi reclassificado para a respectiva rubrica, no balanço patrimonial. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (provisões, passivos contingentes e ativos contingentes) o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **Obrigações legais:** Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **(j) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia). **3. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas como segue:

	2016			2015		
	Vencimento final	Curto prazo	Longo prazo	Vencimento final	Curto prazo	Longo prazo
Caixa Econômica Federal	2019	139.982	231.177	2019	122.498	324.804
Banco Santander				2019	138.055	259.995
Banrisul	2019	86.041	85.439	2019	92.042	166.207
Banco do Nordeste	2019	82.361	84.792	2019	72.019	146.066
Banco Votorantim	2020	45.860	86.090	2020	54.974	115.320
Banco BTG Pactual	2020	39.196	54.211	2020	37.719	81.440
Banco Safra	2020	28.905	35.870	2020	25.229	56.549
Banco HSBC				2019	22.783	35.270
Banco Pan	2020	14.830	27.524	2020	12.895	36.825
Banco Fibra	2018	5.731	550	2018	6.749	5.400
Banco BBM	2020	1.315	2.201	2020	1.251	3.028
Banco Rodobens	2017	1.416		2017	1.229	1.229
Banco BMG	2019	706	1.059	2019	605	1.512
Banco Paraná	2019	684	1.026	2019	592	1.480
		447.027	609.939		588.640	1.235.125

BANCO IBM S.A.

Carta Patente nº 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

A remuneração média da carteira é de CDI+0,26% a.m. (2015 - CDI + 0,21% a.m.). As aplicações interfinanceiras de liquidez possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2016	156.424	290.603	579.329	30.610		1.056.966
2015	199.338	389.302	983.744	251.381		1.823.765

4. Repasses Interfinanceiros: As operações de repasses interfinanceiros são compostas substancialmente por operações de empréstimos, com recursos provenientes da Resolução nº 2.770.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. nº 2.682/99	Nível de risco	2016 Valor	2016 Provisão para perdas	2015 Valor	2015 Provisão para perdas
Instituições financeiras		AA			2.479	
	0,5%	A			4.181	(21)
					6.660	(21)
Circulante					6.660	(21)

5. Operações de crédito: Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as operações de crédito são compostas substancialmente por operações de empréstimos, com recursos provenientes das Resoluções nº 2.770 e 2.921.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. nº 2.682/99	Nível de risco	2016 Valor	2016 Provisão para perdas	2015 Valor	2015 Provisão para perdas
Serviços		AA	207.605			
	0,5%	A	110.874	(554)	449.916	(2.250)
	1,0%	B	55.514	(555)	7.629	(76)
	3,0%	C	2.187	(66)	21.152	(635)
	10,0%	D	6.083	(608)	241.759	(24.176)
	30,0%	E	51.526	(15.458)	46.813	(14.044)
	50,0%	F	86	(43)	226	(113)
	70,0%	G	11	(8)	16	(11)
	100,0%	H	66.933	(66.933)	5.749	(5.749)
Comércio		AA	51.318			
	0,5%	A	125.991	(630)	210.572	(1.053)
	1,0%	B	123.024	(1.230)	2.699	(27)
	3,0%	C	11.310	(339)	106.992	(3.210)
	10,0%	D	34.725	(3.473)	14.034	(1.403)
	30,0%	E	31	(9)	172	(52)
	50,0%	F			97	(49)
	100,0%	H	7	(7)	2.090	(2.090)
Instituições Financeiras	0,5%	A			9.631	(48)
	3,0%	C			741	(22)
	10,0%	D	551	(55)	411	(41)
Indústria		AA	50.532			
	0,5%	A	8.955	(45)	94.128	(471)
	1,0%	B	56.084	(561)	36.841	(368)
	3,0%	C	611	(18)	1.882	(56)
	10,0%	D	5.931	(593)	7.374	(737)
	30,0%	E			631	(189)
	70,0%	G	8.170	(5.719)		
	100,0%	H	1.588	(1.588)	241	(241)
Rural	3,0%	C	51	(2)	5.974	(179)
	10,0%	D	172	(17)	6.345	(635)
Habitação	3,0%	C			146	(4)
	10,0%	E			4.070	(1.221)
	70,0%	G	4.273	(2.991)		
			984.143	(101.502)	1.278.331	(59.150)
Circulante			440.969	(45.480)	464.494	(26.492)
Longo prazo			543.174	(56.022)	813.837	(32.658)

As operações de crédito possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Vencidas			A vencer					
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2016	9.240	607	181	182.270	248.671	444.580	79.366	19.228	984.143
2015	9.476	1.401	834	147.942	291.899	631.318	192.857	2.604	1.278.331

As receitas com essas operações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizam R$ 140.177 (2015 - R$ 212.736), dos quais R$ (24.565) (2015 - R$ 47.010) se referem à variação cambial ocorrida no período e foram registradas na rubrica de receitas com operações de crédito. **6. Operações de arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento têm cláusula de não-cancelamento e de opção de compra e são pactuados com cláusulas de correção monetária prefixada ou pós-fixada, ou de variação cambial e, quando aplicável, repactuação periódica de juros. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusula de seguro obrigatório a favor do Banco. As operações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e as correspondentes provisões para crédito de liquidação duvidosa podem ser demonstradas como segue:

(a) Clientes pessoa jurídica por atividade econômica e nível de risco

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. nº 2.682/99	Nível de risco	2016 Valor presente	2016 Provisão para perdas	2015 Valor presente	2015 Provisão para perdas
Indústria		AA	27.268			
	0,5%	A	18.514	(93)	63.407	(317)
	1,0%	B	115.789	(1.158)	17.976	(180)
	3,0%	C	12.575	(377)	182.500	(5.475)
	10,0%	D	37.041	(3.704)	32.700	(3.270)
	30,0%	E	10.529	(3.159)	4.596	(1.379)
	50,0%	F			102	(51)
	70,0%	G	5.140	(3.598)	3.670	(2.569)
	100,0%	H	3.755	(3.755)	1.095	(1.095)
Comércio		AA	264			
	0,5%	A	58.462	(292)	66.947	(334)
	1,0%	B	43.651	(437)	24.827	(248)
	3,0%	C	16.194	(486)	25.987	(780)
	10,0%	D	32.090	(3.209)	30.513	(3.051)
	30,0%	E	930	(279)	1.608	(482)
	50,0%	F			1.985	(993)
	70,0%	G	224	(157)	16	(11)
	100,0%	H	2.174	(2.174)	4.404	(4.404)
Instituições financeiras		AA	1.103.098		1.195.533	
	0,5%	A	3.447	(17)	21.098	(105)
	1,0%	B	49.904	(499)	211	(2)
	3,0%	C	3.857	(116)	49.893	(1.497)
	10,0%	D	37.836	(3.784)	48.146	(4.815)
	30,0%	E	24	(7)	60	(18)
	70,0%	G	1.195	(837)		
	100,0%	H	1.719	(1.719)	933	(933)
Habitação	3,0%	C			90	(3)
	10,0%	D	236	(24)	554	(55)
	30,0%	E	83	(25)	1.153	(346)
	100,0%	H	1.351	(1.351)		
Rural	0,5%	A	21.932	(110)	108	(1)
	1,0%	B	10.149	(101)	59	(1)
	3,0%	C	6.891	(207)	92	(3)
	10,0%	D	2.339	(234)	3.626	(363)
	30,0%	E			107	(32)
	100,0%	H	3.509	(3.509)		
Serviços		AA	43.640			
	0,5%	A	81.378	(407)	133.947	(670)
	1,0%	B	50.950	(510)	22.117	(221)
	3,0%	C	29.987	(900)	70.762	(2.123)
	10,0%	D	74.964	(7.496)	107.866	(10.787)
	30,0%	E	11.749	(3.525)	20.756	(6.227)
	50,0%	F	2.559	(1.280)	9.726	(4.863)
	70,0%	G	27.166	(19.016)	8.357	(5.850)
	100,0%	H	11.870	(11.870)	11.458	(11.458)
			1.966.433	(80.422)	2.168.985	(75.012)
Circulante			1.068.770	(43.710)	1.493.405	(43.007)
Longo prazo			897.663	(36.712)	675.580	(32.005)

(b) Por faixa de vencimento - valor presente

	Vencidas			A vencer			
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Após 181 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
2016	11.270	2.693	896	588.951	464.960	897.663	1.966.433
2015	7.586	3.533	1.176	851.638	629.472	675.580	2.168.985

(c) Composição do valor presente

	2016	2015
Arrendamentos financeiros a receber e valor residual garantido		
Setor público	142.830	222.160
Setor privado	1.887.887	2.028.893
Rendas de arrendamento financeiro a apropriar e valor residual a balancear	(2.019.724)	(2.243.648)
Custo de bens arrendados (Nota 9)	3.299.742	5.068.264
Depreciação acumulada (Nota 9)	(1.534.791)	(3.017.265)
Superveniência (insuficiência) de depreciação (Nota 9)	(160.113)	(30.091)
Perdas em arrendamento a amortizar (Nota 9)	354.337	144.407
Credores por antecipação do valor residual (Nota 13)	(3.735)	(3.735)
	1.966.433	2.168.985

(d) Arrendamentos operacionais: Referem-se a contratos com prazos de duração inferiores a 24 meses. Em 31 de dezembro de 2016, os contratos de arrendamento operacional montam R$ 316 sem faturas vencidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre arrendamento operacional é de R$ 9. Em 31 de dezembro de 2015, os contratos de arrendamento operacional montam R$ 585 sem faturas vencidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre arrendamento operacional é de R$ 6. **7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Resolução CMN nº 2.682/99, introduziu parâmetros para a classificação das operações de crédito e de arrendamento e constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os principais parâmetros são: • as operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas em nove níveis de riscos; e • a provisão para operações de crédito e de arrendamentos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada conforme descrito na Nota 2(f) e está demonstrada conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Saldo inicial	134.780	156.037
Baixas para Prejuízo	(21.362)	(104.573)
Adição (reversão) de provisão	69.106	83.316
Saldo final	182.524	134.780

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve R$ 84.933 (2015 - R$ 990) de recuperação de créditos baixados em exercícios anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve R$ 2.856 (2015 - R$ 4.536) em renegociação de créditos. O montante a receber de contratos renegociados monta R$ 5.045 em dezembro de 2016 (2015 - R$ 4.972) com correspondente provisão para perdas de R$ 5.045 (2015 - R$ 4.803). **8. Operações vinculadas:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos das operações ativas vinculadas e da correspondente captação de recursos, nos termos da Resolução nº 2.921/02 e 2.770/00 do CMN, bem como os correspondentes resultados apurados nos exercícios findos nessas datas, estão assim representados:

	2016 Ativo/ passivo	2016 Receita/ (despesa)	2015 Ativo/ passivo	2015 Receita/ (despesa)
Operações ativas de				
Arrendamento mercantil (i)	859.533	158.516	1.402.046	257.277
Aplicações interfinanceiras	703.021	155.130	1.697.972	428.934
Operações de crédito	1.135.242	78.042	769.529	129.257
	2.697.796	391.688	3.869.547	815.468
Captações de recursos				
Depósitos a prazo	(2.803.998)	(365.554)	(4.118.506)	(740.870)
Empréstimos no exterior		(1.601)	(164.446)	(49.320)
	(2.803.998)	(367.155)	(4.282.952)	(790.190)

(i) Apresentadas pelo valor presente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, havia inadimplência nas operações ativas vinculadas de arrendamento mercantil e operações de crédito. Em obediência ao disposto na resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, foi efetuada a correspondente baixa à prejuízo do grupo econômico em questão devido ao atraso superior à 360 dias em março de 2015. O valor da baixa monta R$ 87.385, dos quais R$ 84.500 vinculados, que não estão considerados na posição de 2015 acima. Em junho de 2016, utilizando a prerrogativa da resolução nº 2.921, o Banco IBM repassou o total dos contratos vinculados para a IBM Máquinas mediante o cancelamento dos CDBs vinculados no montante de R$ 94.738, o qual teve sua baixa efetivada no repasse da presente obrigação ao garantidor da vinculação. Tal operação, além do ganho referente à reversão da PDD no valor de R$ 84.500, gerou uma receita de R$ 10.238 proveniente da diferença entre o saldo do passivo e o montante repassado, o qual foi reconhecido como uma reversão na despesa de captação. Todas as outras inadimplências foram liquidadas em janeiro de 2016 e 2015, respectivamente. Adicionalmente, em dezembro de 2016, também utilizando a prerrogativa da resolução 2.921, o Banco repassou para a Lotus Holding (IBM Holanda) o total de um contrato vinculado, com vencimento único em abril de 2017. A Administração do Banco, por meio da análise financeiro-econômica do cliente, concluiu que o mesmo não seria capaz de honrar seus compromissos futuros, bem como o mesmo apresentou seu plano de recuperação judicial aprovado pelo Tribunal de Justiça. A cessão do montante a receber, no total de R$ 133.364, se deu mediante o cancelamento do contrato de empréstimo no exterior vinculado, elaborado com base na resolução nº 2.770 e gerou uma despesa de R$ 17.871 que foi registrada na rubrica de despesa com obrigações por empréstimos e repasses. **9. Permanente:** O imobilizado de arrendamento é composto do imobilizado de arrendamento e das perdas em arrendamento a amortizar e possui os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Máquinas e equipamentos	3.299.742	5.068.264
Depreciação acumulada	(1.534.791)	(3.017.265)
Superveniência (insuficiência) de depreciação	(160.113)	(30.091)
Imobilizado de arrendamento financeiro	1.604.838	2.020.908
Máquinas e equipamentos	1.243	1.025
Depreciação acumulada	(483)	(282)
Imobilizado de arrendamento operacional	760	743
Imobilizado de Arrendamento	1.605.598	2.021.651
Perdas em arrendamento a amortizar	992.733	493.197
Amortização acumulada	(638.396)	(348.790)
Perdas em arrendamento a amortizar	354.337	144.407
Permanente	1.959.935	2.166.058

As contas de imobilizado de arrendamento sofreram as seguintes mutações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas Líquidas	Depreciação e Amortização	Superveniência (Insuficiência)	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado de arrendamento	2.021.651	1.308.405	(508.123)	(1.086.314)	(130.021)	1.605.598
Perdas em arrendamento a amortizar	144.407	498.781		(288.851)		354.337
Permanente	2.166.058	1.807.186	(508.123)	(1.375.165)	(130.021)	1.959.935

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas Líquidas	Depreciação e Amortização	Superveniência (Insuficiência)	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado de arrendamento	2.328.268	1.236.602	(177.409)	(1.246.814)	(118.996)	2.021.651
Perdas em arrendamento a amortizar	125.063	171.647		(152.303)		144.407
Permanente	2.453.331	1.408.249	(177.409)	(1.399.117)	(118.996)	2.166.058

Do valor de insuficiência de depreciação em 31 de dezembro de 2016, R$ 7.439 (2015 - R$ 10.961) é referente aos efeitos das baixas a prejuízo do montante a vencer de leasing financeiro, ajustado contra provisão para créditos de liquidação duvidosa. O imobilizado de arrendamento está segurado pelos arrendatários em favor do Banco, conforme estabelecido em cláusula contratual.

10. Outros créditos

	2016 Circulante	2016 Longo prazo	2015 Circulante	2015 Longo prazo
Créditos tributários (Nota 15)	67.558	107.858	24.252	100.446
Depósitos judiciais (Nota 17)		173.907		160.328
Imposto a compensar - antecipações.	132.389		117.289	
Devedores diversos	2.393		4.934	
	202.340	281.765	146.475	260.774

11. Depósitos: (a) Depósitos a prazo: O Banco capta recursos por meio da emissão de certificados de depósito bancário, preponderantemente, para sua controladora indireta (IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.), os quais estão substancialmente vinculados ao recebimento de parcelas de contratos de arrendamento mercantil, operações de crédito e aplicações interfinanceiras de liquidez efetivadas com recursos originados destes depósitos, nos termos da Resolução do CMN nº 2.921/02 (Nota 8). Os depósitos são remunerados pela variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI + *spread* de risco ou a taxas prefixadas.

Vencimento final	2016 Curto prazo	2016 Longo prazo	2015 Curto prazo	2015 Longo prazo
2016			907.360	
2017	448.252		393.340	312.819
2018	252.580	548.447	448.814	618.300
2019	686.272	1.005.489	392.584	824.162
2020	157.044	289.014	248.080	392.459
2021	5.508	12.968	4.840	16.207
2024	7.604	32.747		
	1.557.260	1.888.665	2.395.018	2.163.947

Os depósitos a prazo possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2016	461.191	1.096.069	1.794.577	83.603	10.485	3.445.925
2015	699.699	1.695.319	1.761.748	398.911	3.288	4.558.965

(b) Depósitos Interfinanceiros: Em 31 de dezembro de 2016, o Banco apresentava captações em depósitos interbancários no valor de R$ 115.455, com vencimento em 2 de janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco apresentava captações em depósitos interbancários no valor de R$ 85.516, com vencimento em 4 de janeiro de 2016. **12. Obrigações por empréstimos no exterior:** Os saldos das obrigações por empréstimos no exterior incluem captações através de *Floating Rate Notes*, com partes relacionadas, sendo parte dessas operações vinculadas as operações ativas conforme Resolução nº 2.921/02 e 2.770/00 (Nota 8) e têm vencimentos em até quatro anos e juros prefixados de até 3,07% ao ano acrescidos da variação do CDI ou em dólar, estando composta da seguinte forma:

Empréstimo	2016 Curto prazo	2016 Longo prazo	2015 Curto prazo	2015 Longo prazo
Dólar				128.899
CDI			13.428	22.119
			13.428	151.018

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento:

Vencimento	2016	2015
2016		4.866
2017		128.899
2018		
2019		17.253
		151.018

O resultado com essas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizam R$ 1.590 (2015 - R$ 49.320), dos quais R$ 21.748 de receita (2015 - R$ 42.051 de despesa) são referentes à variação cambial. Conforme Nota 8, em dezembro de 2016, o Banco repassou para a Lotus Holding (IBM Holanda) o total de um contrato vinculado, sendo registrado o estorno do saldo dos empréstimos em dólar nessa mesma data, no montante atualizado de R$ 115.493.

13. Outras obrigações

	2016 Curto prazo	2016 Longo prazo	2015 Curto prazo	2015 Longo prazo
Sociais e Estatutárias				
Dividendos a Pagar (Nota 14 (e))			35.802	
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	98.938		115.766	
Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes				
Provisões para riscos fiscais (Nota 17)		164.770		155.739
Provisões para passivos contingentes (Nota 17)		265		303
Diversas				
Fornecedores - partes relacionadas **(a)**			8.205	
Fornecedores **(b)**	14.329		47.369	
Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	1.214		1.162	
Credores por antecipação de valor residual Contingente		3.735		3.735
Credores diversos - país	29.025		340	
	143.506	168.770	208.644	159.777

(a) Fornecedores - partes relacionadas referem-se a valores a pagar à IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. por fornecimento de máquinas e equipamentos para arrendamento, prestação de serviços de assessoria administrativa, financeira, fiscal e societária, bem como aluguel do imóvel. O pagamento pela prestação de serviços e aluguel é mensal, seguindo o contrato vigente. O total das despesas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 montou a R$ 23.310 (2015 - R$ 25.462) e está classificado na demonstração de resultado na rubrica de despesas administrativas. **(b)** Na conta de Fornecedores são lançados valores a pagar das operações com fornecedores de empresas não ligadas.

14. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Representado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por 168.295.345 ações sem valor nominal, sendo 163.437.345 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. **(b) Aumento de capital:** Em 30 de abril de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital do Banco de R$ 22.153 sem emissão de novas ações, considerando a utilização do saldo existente em 31 de dezembro de 2014 da Reserva Estatutária. Este ato societário foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 13 de julho de 2015. **(c) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(d) Reserva estatutária:** Reserva destinada a assegurar adequada margem operacional do Banco. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo apresentado na rubrica lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva deduzida da parcela apropriada à reserva legal. Em 31 de dezembro de 2015, não houve saldo em aberto de reserva estatutária. **(e) Dividendos:** O estatuto assegura um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, bem como dispõe que o Banco poderá declarar, por deliberação da diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanços mensais, bimestrais ou semestrais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do banco, e direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os acionistas do Banco se manifestaram formalmente sobre a intenção de não distribuir dividendos mínimos obrigatórios. Essa decisão será ratificada por ocasião da Assembléia Geral Ordinária ("AGO") e por isso não estão sendo provisionados os dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2015, a administração propôs aos acionistas, baseado em manifestação formal destes, a distribuição de dividendos da totalidade do lucro líquido do exercício de 2015, deduzida a reserva legal, no montante de R$ 35.802. A ata de assembleia foi homologada pelo Bacen em outubro de 2016. O pagamento dos dividendos ocorreu em outubro de 2016. **15. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a conciliação entre os valores apurados, conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado dos exercícios findos nessas datas, pode ser resumida da seguinte forma:

Corrente	2016 Imposto de renda	2016 Contribuição social	2015 Imposto de renda	2015 Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	102.274	102.274	66.524	66.524
Adição da insuficiência de depreciação	122.582	122.582	108.035	108.035
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	47.744	47.744	(21.257)	(21.257)
Provisão (Reversão) para Contingências	(3.578)	(3.578)	13.039	13.039
Adição (exclusão) de contratos em atraso - reversão da renda de contratos com parcelas vencidas a mais de 60 dias	(1.440)	(1.440)	2.607	2.607
Baixas a Prejuízo	20.365	20.365	104.573	104.573
Recuperação de baixas a prejuízo	(84.890)	(84.890)		
Exclusão receita com atualização monetária	(1.401)	(1.401)	(6.778)	(6.778)
Adição de baixas contábeis não dedutíveis	6.321	6.321		
Adição de Incentivos fiscais	2.402	2.402		
Demais adições (exclusões) líquidas	(11)	(11)	166	166
Base de cálculo	210.368	210.368	266.909	266.909
Alíquota nominal - %	15%	20%	15%	15%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	31.555	42.074	40.036	40.036
Base de cálculo para IR e CS adicional	210.128		266.669	110.202
Alíquota nominal - %	10%		10%	5%
Imposto de renda e contribuição social adicional	21.013		26.667	5.510
Dedução do Incentivo Fiscal	(2.209)			
Outros ajustes			398	106
Total de IR e CS - corrente	(50.359)	(42.074)	(67.101)	(45.652)

Diferido	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição social
Constituição (reversão) de obrigação fiscal diferida sobre insuficiência de depreciação			22.211	13.327
Constituição de crédito tributário sobre diferenças Temporárias	26.471	24.247	25.425	22.952
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26.471	24.247	47.636	36.279
Total de imposto de renda e contribuição social	(23.888)	(17.827)	(19.465)	(9.373)

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a movimentação do crédito tributário e das obrigações tributárias diferidas é assim demonstrada:

Crédito tributário sobre diferenças temporárias	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2016
Insuficiência de depreciação	8.341	54.430		62.771
Reversão de faturas com 60 dias em atraso	2.119		(583)	1.536
Provisão de créditos em liquidação duvidosa	58.504	35.091	(12.917)	80.678
Baixas para prejuízo	41.805	12.917	(38.220)	16.502
Provisão de riscos fiscais (a)	13.929			13.929
Total Crédito Tributário	**124.698**	**102.438**	**(51.720)**	**175.416**

Crédito tributário sobre diferenças temporárias	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2015
Insuficiência de depreciação		8.341		8.341
Reversão de faturas com 60 dias em atraso		2.119		2.119
Provisão de créditos em liquidação duvidosa	62.392	37.917	(41.805)	58.504
Baixas para prejuízo		41.805		41.805
Provisão de riscos fiscais (a)	13.929			13.929
Total Crédito Tributário	**76.321**	**90.182**	**(41.805)**	**124.698**
Obrigações fiscais diferidas	**35.538**		**(35.538)**	

Expectativa de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2016:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
1 ano	38.184	29.374	67.558
2 anos	20.149	15.486	35.635
3 anos	10.876	8.359	19.235
4 anos	5.870	4.512	10.382
5 anos	13.473	8.632	22.105
Mais de 5 anos	12.413	8.088	20.501
	100.965	74.451	175.416

A expectativa de realização dos créditos tributários sobre provisão de créditos em liquidação duvidosa e insuficiência de depreciação baseiam-se na previsão de recebimento das operações da carteira do Banco IBM. Definimos como acima de 5 anos a expectativa de realização dos créditos sobre provisão de riscos fiscais considerando a impossibilidade de estimarmos quando o processo irá transitar em julgado. Também possuem expectativa de realização acima de 5 anos os créditos sobre PDD e insuficiência de depreciação. Para esses casos, a expectativa de realização é até 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa de captação do Banco, monta R$ 127.532 (2015 - R$ 77.449). **16. Gerenciamento de risco e capital: (a) Risco de mercado:** A política do Banco IBM é de "match funding" minimizando assim a necessidade de utilização de derivativos para proteção dos ativos e passivos expostos às variações de moeda e de taxas de juros. O Banco IBM não detém carteira de negociação e sua estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é compatível com a natureza de suas operações e complexidade dos produtos. Em 2016 e 2015 não havia derivativos em aberto para proteção de seus ativos com relação à variação cambial. A exposição cambial ativa em 31 de dezembro de 2016 é equivalente a 3,15% (2015 - 10,52%) do patrimônio de referência do Banco IBM. Em cumprimento à Resolução nº 3.464/2007, o Banco IBM torna pública a descrição de sua Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado em seu sítio na internet o qual pode ser acessado através do endereço: http://www-03.ibm.com/financing/br/banco/risk_mark.html. **(b) Risco de liquidez:** Eventuais Riscos de Liquidez são gerenciados principalmente pela negociação prévia de empréstimos de longo prazo que são protegidos do risco de mercado, segundo a política descrita anteriormente. Em situações de estresse específico de liquidez ou de crise sistêmica que acarretem significativa redução dos níveis projetados de reserva, há um plano de contingência que contempla volumes, prazos e responsáveis para o restabelecimento do nível mínimo requerido. Em cumprimento à Resolução nº 4.090/2012, o Banco IBM torna pública a descrição de sua Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez, em seu sítio na internet o qual pode ser acessado através do endereço: http://www-03.ibm.com/financing/br/banco/risk_liq.html. **(c) Risco de crédito:** A política de concessão de crédito do Banco IBM, estabelece os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes de operações, que é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, dentre outros, tais como índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, contemplando dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. O Banco IBM torna pública a descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito em seu sítio na internet, o qual pode ser acessado através do endereço: http://www-03.ibm.com/financing/br/banco/risk_credit.html. **(d) Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e/ou de eventos externos. Em atendimento à Resolução CMN nº 3380 do Banco Central do Brasil, o Banco IBM S.A. instituiu a estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional cujo o objetivo principal é avaliar, monitorar e mitigar ocorrências do Risco Operacional. O Banco IBM torna pública a descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional em seu sítio na internet, o qual pode ser acessado através do endereço: http://www-03.ibm.com/financing/br/banco/risk_op.html. **(e) Gerenciamento de capital:** Em cumprimento com a Resolução 3.988 de 30 de junho de 2011, o Banco IBM, tornou pública a implementação da estrutura de Gerenciamento de Capital, cuja política apresenta o conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Banco no controle e Gerenciamento de Capital, que realiza projeção periódica do enquadramento do capital perante a possível ocorrência dos riscos a que o Banco está sujeito . O Banco IBM torna pública a descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Capital, informações sobre o Patrimônio de Referência, Detalhamento RWA e Razão de Alavancagem em seu sítio na internet, a qual pode ser acessado através do endereço: http://www-03.ibm.com/financing/br/banco/risk_capital.html. **17. Contingências:** O Banco possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível,como autor e réu. A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona integralmente os processos, cujo risco de perda seja classificado como provável. Dessa forma, tem sido adotado, para as ações de natureza tributária, o procedimento de depositar em juízo os valores envolvidos e constituir a respectiva provisão para riscos fiscais, como abaixo demonstrado, os quais estão apresentados no balanço patrimonial no longo prazo nas rubricas "Outros créditos - Diversos" (Nota 10) e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias" (Nota 13), respectivamente. O Banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, principalmente a: (i) danos morais e materiais relacionados; (ii) ações de concordata e/ou falência e (iii) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas para processos específicos com base na opinião de assessores jurídicos. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

BANCO IBM S.A.

Carta Patente nº 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

	2016		2015	
	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais
Obrigações legais				
PIS **(c)**	68.068	66.736	62.413	61.387
CSLL **(b)**	101.357	88.098	93.662	81.391
ISS		5.461		8.714
CIDE **(a)**	4.475	4.475	4.247	4.247
Outros	7		6	
	173.907	164.770	160.328	155.739
Cíveis				
Outros		265		303
	173.907	165.035	160.328	156.042

(a) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. **(b)** A diferença refere-se substancialmente a depósitos judiciais no montante de R$ 13 milhões (2015 - R$ 11 milhões), sobre autos de infração para os quais a administração e seus consultores jurídicos internos e externos entendem que os mesmos não são aplicáveis e têm expectativa de perda remota, exceto pelo processo relativo a CSLL com depósito judicial no valor de R$ 6,1 milhões (2015 - R$ 3,2 milhões), cujo o risco de perda está classificado como possível. **(c)** A diferença refere-se, principalmente, ao valor de R$ 605 depositado a maior em agosto de 2012, acrescida da atualização monetária no período. A administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda é possível, não constitui provisões para contingências. Os processos relevantes avaliados como risco de perda possível, não provisionados, referem-se primordialmente a processos cíveis sobre danos morais e materiais e montam a R$ 768 (2015 - R$ 1.356). **18. Partes relacionadas:** O Banco tem como controladora direta a IBM Participações. Até novembro de 2016 a IBM Participações Ltda. era controlada diretamente pela IBM Brasil. Em novembro houve uma reestruturação societária, cujo principal objetivo foi segregar os serviços financeiros das atividades de produção e comercialização de equipamentos e prestação de serviços de tecnologia, gerando maior eficiência na governança corporativa do grupo IBM. Em 31 de dezembro de 2016, a IBM Participações era controlada pela empresa IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços Ltda. ("IBM GF"). O Banco IBM mantém com o Grupo IBM as seguintes transações: (a) Contratação de prestação de serviços e aluguel de imóvel (Nota 13(a)). (b) Obrigações por compra de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento (Nota 13(b)). (c) Captação de recursos por meio da emissão de certificados de depósito bancário (Nota 11), *floating rates notes* e empréstimos em dólar (Nota 12). **19. Outras receitas/despesas operacionais:** Outras receitas e outras despesas operacionais do semestre e exercícios, estão compostas como segue:

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
Outras receitas operacionais	**2º Semestre de 2016**	**2016**	**2015**
Reversão de Provisão para Contingências (b)	6.042	6.042	
Atualização Monetária (a)	1.292	3.179	10.962
Ajustes operacionais			5.545
Outros	223	283	985
	7.557	9.504	17.492

		Exercícios findos em 31 de dezembro	
Outras despesas operacionais	**2º Semestre de 2016**	**2016**	**2015**
Pagamento de taxas de estruturação de operações	(4.187)	(4.187)	
Ajustes Operacionais	1.008	(3.272)	
Provisões para Contingência (b)	(371)	(2.475)	(13.039)
Baixas Contábeis	1.142	(5)	
Outros	(69)	(428)	(510)
	(2.477)	(10.367)	(13.549)

(a) Em dezembro de 2015 a administração efetuou um extenso processo de conciliação dos seus depósitos judiciais e as correlatas provisões para riscos fiscais e decidiu pelo registro da atualização monetária das posições ativas e passivas na referida data, perfazendo um montante de R$ 10.338, líquido. (b) Em dezembro de 2015 o montante refere-se majoritariamente à reavaliação de risco de perdas efetuadas pelos assessores jurídicos externos do Banco acerca dos processos judiciais com decisão de adição de R$ 4.799 à provisão anterior e a constituição de provisão para contingência de impostos municipais no valor de R$ 8.614. Em dezembro de 2016, foi revertido o montante de R$ 6.042 referente à provisão para contingência de impostos municipais. O montante foi classificado em Outras Receitas operacionais.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Felippe Matteucci Melo – Diretor Presidente
Tatiana Acolet – Diretor Financeiro
Marco Antônio da Rocha Tristão Júnior – Diretor de Operações
Ronaldo Tostes Salgueiro – Diretor Tesoureiro
Wladimyr Reis da Silva – Diretor de Crédito

Robson Luiz Bezerra - Contador - CRC RJ-083476/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação descrita na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva: Não reclassificação da provisão para superveniência/insuficiência para os ativos circulante e realizável a longo prazo:** O Banco registra as operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas 2(e), 2(h) e 6). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, nas rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão mencionada na seção intitulada "Base para opinião com ressalva". **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Rui Borges
Contador CRC 1SP207135/O-2 "S" RJ